EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE SUSTENTABILIDADE URBANA E CULTURAL: O CASO DE MACAÉ-RJ

HERITAGE EDUCATION AS A TOOL FOR URBAN AND CULTURAL SUSTAINABILITY: THE CASE OF MACAÉ-RJ

André Heringer Pereira [1]; Virgínia Maria Nogueira de Vasconcellos [2].

[1]Mestrando em Projeto e Patrimônio | and.heringer@gmail.com | PGPP, FAU, UFRJ | Macaé, Brasil; [2]Doutorado em Arquitetura | virginia.vasconcellos@fau.ufrj.br | PGPP e PROARQ, FAU, UFRJ | Rio de Janeiro, Brasil.

Resumo:
Este artigo aborda a educação patrimonial como instrumento de promoção da sustentabilidade para o patrimônio arquitetônico da Cidade de Macaé-RJ. O artigo observa o patrimônio cultural arquitetônico da Cidade e tem como objetivo discutir o desenvolvimento de diretrizes para um projeto de educação patrimonial, específico para o Munícipio. Com essas diretrizes visa-se explorar as possibilidades de promover uma preservação sustentável dos bens patrimoniais arquitetônicos, com base em políticas públicas e com a participação da comunidade. Espera-se criar um vínculo de compreensão, respeito e sustentabilidade ao patrimônio, a partir dessas ações de educação patrimonial, sobretudo com estudantes, em todas as faixas etária. Como método, a pesquisa se caracteriza como documental-exploratória e qualitativa, onde são estudados o material bibliográfico, sobretudo a legislação do IPHAN e da Cidade e são realizadas visitas de campo, com registros fotográficos, mapas e desenhos dos bens locais. Como resultados, pretende-se desenvolver, futuramente, um plano de educação patrimonial para a Cidade.

Palavras-chave:
Educação Patrimonial; Sustentabilidade; IPHAN; Preservação e Educação; Macaé.

Abstract:
This article addresses heritage education as a tool for promoting sustainability in the architectural heritage of the city of Macaé-RJ. It observes the city's architectural cultural heritage and aims to discuss the development of guidelines for a heritage education project specifically designed for the municipality. These guidelines seek to explore ways to promote sustainable preservation of architectural heritage assets, based on public policies and with community participation. The objective is to create a bond of understanding, respect, and sustainability toward heritage through heritage education actions, especially involving students of all age groups. As a method, the research is characterized as documentary-exploratory and qualitative. It involves the study of bibliographic material, particularly legislation from IPHAN and the city—as well as field visits, including photographic records, maps, and drawings of local assets. As a result, the intention is to eventually develop a heritage education plan for the city.

Keywords:
Heritage Education; Sustainability; IPHAN; Preservation and Education; Macaé

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento da Dissertação a ser defendida no Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio (PGPP) da UFRJ, que apresenta uma proposta de ressignificação do Palácio dos Urubus, patrimônio arruinado, na Cidade de Macaé-RJ.

O objetivo deste artigo é discutir o desenvolvimento de diretrizes para um projeto de educação patrimonial como instrumento de proteção e de sustentabilidade para a Cidade de Macaé, Rio de Janeiro. No contexto brasileiro, observam-se poucas discussões quanto à aplicação dos conceitos de sustentabilidade à preservação do patrimônio histórico. Apesar da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e dos institutos em nível estadual, a destruição se sobressai ao reuso e nota-se o desaparecimento progressivo de imóveis, principalmente daqueles que não estão cobertos, oficialmente, por nenhuma esfera de proteção e, também, daqueles que, mesmo protegidos ou tombados, encontram-se ociosos e vulneráveis à degradação. Esses imóveis, que representam a história e a identidade do nosso povo podem ser adaptados e reinseridos à dinâmica contemporânea das cidades. Criar esferas de discussão para fomentar a consciência crítica e reflexiva dos alunos do ensino regular, com relação ao território que elas habitam e dos processos formativos da Cidade, a identificação comunitária e vínculos afetivos, são maneiras de aproximar a educação formal da educação patrimonial, criando novas perspectivas sobre o valor cultural do que é antigo, de como a convivência do histórico e do contemporâneo é possível e enriquecedor para o Município e de como a preservação se caracteriza como um ato sustentável. O engajamento do Governo com a pauta da educação patrimonial, preferencialmente em todos os níveis (federal, estadual, municipal), é fundamental para a implementação de políticas que favoreçam a integração da sociedade aos seus bens culturais. Esta integração deve ocorrer com a participação dos cidadãos, cujo envolvimento direto neste processo resgata e amplia o conceito de identidade com a sua localidade, e a adoção de medidas socioeducativas, passíveis de serem desenvolvidas em diferentes etapas da formação dos indivíduos.

No caso de Macaé, a falta efetiva de ações de Política Pública no Município está diretamente ligada à falta de espaços para a participação popular nas políticas municipais e de canais para a discussão democrática sobre o patrimônio. A ausência de políticas, que sejam verdadeiramente inclusivas, que funcionem de maneira concreta na preservação dos imóveis históricos em conjunto com a pouca formação que a comunidade escolar recebe em relação ao tema, influenciam diretamente no constante desaparecimento dos bens, simbolizando a perda de importantes referenciais para a comunidade local.

O estudo em questão, evidencia a existência de uma quantidade significativa de bens históricos e culturais em situação de abandono e degradação, além da presença de bens modestos que, por não serem reconhecidos como relevantes pelas políticas municipais, acabam sendo negligenciados. É evidente a necessidade de reintegrar esses bens, não apenas como forma de preservar a memória e a identidade da Cidade, mas também como uma estratégia fundamental para a sustentabilidade. A reutilização desses patrimônios pode reduzir impactos ambientais, ao gerar menos resíduos (que sua demolição), evitar riscos à saúde pública (com acúmulo de material em deterioração e a proliferação de pragas), melhorar a segurança e a ordem pública (evitando acidentes decorrentes do abandono dessas estruturas, assim como a prevenção de ocupações ilegais) além de promover uma relação mais consciente entre a comunidade e seu entorno – o que pode ser amplamente fomentado pela educação patrimonial. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema da educação patrimonial, com exemplos de sua inserção em um contexto pedagógico e ênfase nas crianças e jovens em idade escolar, foram analisados projetos e programas de educação patrimonial do IPHAN e a sua relação com a sustentabilidade. Com isso, objetiva-se o desenvolvimento de um projeto de educação patrimonial, o qual, associado às demandas da comunidade e do Poder Público, promova a sustentabilidade socioambiental pela preservação e reuso do patrimônio existente em Macaé, ao mesmo tempo em que se alinhe aos princípios da sustentabilidade sociocultural, econômica e institucional.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O IPHAN E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

O termo educação patrimonial aparece pela primeira vez, em 1983, no 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, que ocorreu no Museu Imperial (Petrópolis-RJ), inspirado no modelo inglês da *heritage education*. Em 1996, é lançado o Guia Básico de Educação Patrimonial - principal material de apoio utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a realização de ações educativas, durante a década de 2000.

> Atualmente, a CEDUC[1] defende que a Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio (IPHAN, 2014, p. 19).

Em 2009, o IPHAN em parceria com o Ministério da Educação (MEC) passa a participar do Programa de Extensão Universitária (ProExt), através de edital próprio, avaliando propostas da linha temática de "Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro" e outros programas de extensão similares, incentivando o aprofundamento dos estudos na área e aproximando a Educação Patrimonial da Educação Superior. O Projeto de Educação Patrimonial (2013-2016) aplicado à educação básica, foi outra parceria com o MEC, realizada a partir do Programa Mais Educação (criado dentro do modelo de Educação Integral, que visava a ampliar a jornada escolar e a organização de seu currículo), pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) contemplava a Educação Patrimonial por meio da construção de um inventário do patrimônio cultural.

2.2. O PROGRAMA CASAS DO PATRIMÔNIO (IPHAN)

Com a finalidade de expandir a presença institucional do IPHAN e conectar diversos locais relacionados à educação e à valorização do patrimônio nacional são fundadas as Casas de Patrimônio. Após debates internos, em 2008, ocorre a Oficina para Capacitação em Educação Patrimonial e Fomento a Projetos Culturais nas Casas do Patrimônio, na qual as diretrizes gerais dessas casas foram debatidas e consolidadas.

Em 2009 após o 1º Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio, em Nova Olinda (CE), é lançada a Carta de Nova Olinda:

> A casa do Patrimônio tem por objetivo constituir-se como um espaço de interlocução com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações educativas, visando fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio cultural (Carta de Nova Olinda, 2009, p. 4).

Não restritas a um espaço físico, as Casas do Patrimônio visavam a ações educacionais (formais e não formais) em conjunto com escolas, instituições educativas não formais, agentes culturais e outros segmentos sociais e econômicos fomentar novas práticas de preservação. Com o posicionamento de que o patrimônio é um eixo de desenvolvimento local sustentável, não foi criada uma estrutura ou programa de atividades padrão, visto que cada localidade possuía suas próprias especificidades, equipamentos, níveis de interação com a sociedade e profissionais capacitados. Dentre os objetivos destas Casas, estão: instauração de espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural; propostas de redefinição do uso social dos bens culturais com a participação das comunidades; promoção de oficinas para estudantes e educadores centradas na interface Patrimônio e Educação; valorização do Patrimônio Cultural das diferentes comunidades; entre outros.

[1] Coordenação de Educação Patrimonial (IPHAN)

> O direito à diversidade e à memória, individual e coletiva, também deve ser valorizado. Dessa forma, amplia-se a disseminação de um novo conceito de Patrimônio Cultural, mais próximo das pessoas e de suas referências (IPHAN, 2014, p. 38).

As Casas do Patrimônio evoluem para as Redes de Patrimônio e, para fortalecimento do projeto, é realizado um Ciclo de Implantação. Esse ciclo é realizado em três etapas, contemplando o Planejamento (com articulação local), a Chamada Pública (não obrigatória, porém recomendada com intuito de estabelecer parcerias e um processo democrático) e a Oficina de Implantação (encontro de dois ou três dias no qual o IPHAN, o Núcleo de Educação Patrimonial e os parceiros que possuem projetos relacionados com a preservação do patrimônio podem elaborar coletivamente um plano de trabalho anual). Entre 2014 e 2016, ocorreram um total de 229 parcerias. A associação com atores sociais locais e as parcerias com os poderes públicos evidenciam a potencialidade do diálogo e da cooperação e da articulação do IPHAN com o governo local e representantes da sociedade civil. Foram 432 ações propostas no plano de trabalho anual, realizadas durante as Oficinas de Implantação (Figura 1), as quais não foram necessariamente colocadas em prática, mas representam ações potenciais específicas para as localidades onde o projeto estava inserido.

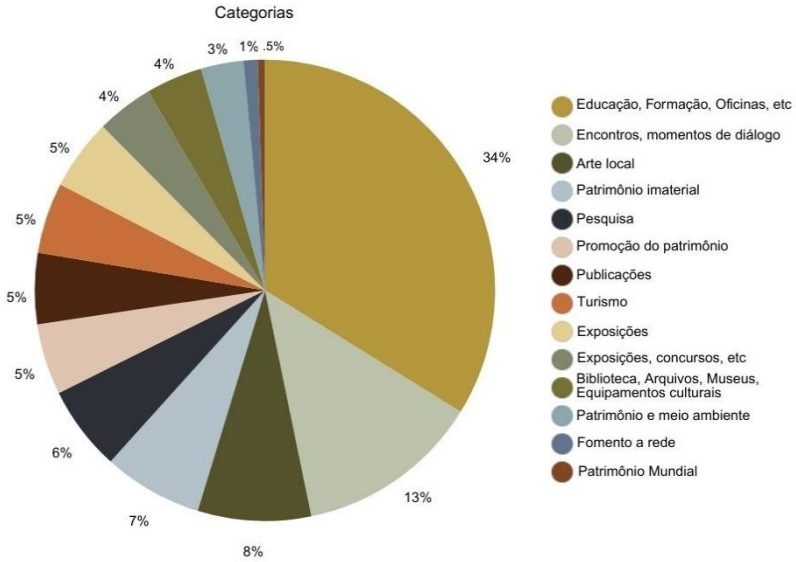

Figura 1: Gráfico com as ações propostas divididas em categorias.
Fonte: Adaptado de Fernanda Biondo in: Política de Educação Patrimonial no Iphan: Diretrizes conceituais e ações estratégicas

A categoria “educação, formação, oficinas, etc.” representa 1/3 das ações, implicando um consenso geral sobre a importância de aplicar medidas educativas tanto formais quanto informais na relação das pessoas com o Patrimônio Histórico e Cultural.

2.3. OS MANUAIS DO IPHAN E OS INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

Em 2007, elaborado por Evelina Grunberg, é lançado o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, que procura promover a valorização do patrimônio cultural (material e imaterial), por meio de atividades lúdicas e participativas, que podem ser exercitadas tanto por quem frequenta ou não o ensino formal e podendo ser criança, jovem ou adulto. A metodologia de Educação Patrimonial que auxilia no trabalho a ser desenvolvido é composta por quatro etapas: observação, registro, exploração e apropriação. Composto por uma sequência de atividades sugeridas, trabalha inicialmente com o autoconhecimento do estudante e em seguida com objetos pessoais, instigando a percepção daquilo que o rodeia e a relação afetiva existente. Posteriormente, o trabalho sugere a observação de um edifício (bem material) com olhar investigativo, seguido por atividades e desafios que estimulam cada vez mais um olhar crítico e a ampliação de sua abrangência, com exploração urbana e atividades experimentais.

Em 2013, o Manual de Aplicação de Educação Patrimonial é desenvolvido para integrar a educação patrimonial nas escolas públicas brasileiras, pelo Programa Mais Educação. Seu objetivo era transformar o patrimônio cultural em uma ferramenta pedagógica, promovendo a valorização da

identidade local, o aprendizado interdisciplinar e a participação comunitária. Sua metodologia consistia em um inventário participativo a ser realizado pelos alunos, contemplando três etapas (pesquisa de campo, documentação e organização, apresentação e divulgação) e utilizando modelos padronizados de fichas de inventário, sendo elas: do projeto, do território, das categorias (lugares, objetos, celebrações, forma de expressão, saberes), de fontes pesquisadas, de roteiro de entrevista e de relatório de imagens. A elaboração do Manual e a sua aplicação são o resultado de políticas públicas (MEC e IPHAN) no campo do patrimônio vinculado com ações locais, sendo o seu produto final a realização do "inventário do patrimônio cultural", registrando os bens materiais e imateriais integrantes do patrimônio da comunidade.

Mais recentemente, o Instituto Brasileiro de Museus, através do Edital IBRAM 2023, reforçou a importância dos inventários participativos ao incentivar e premiar propostas que envolvessem diretamente as comunidades, com a possibilidade de participação de entidades culturais (pessoa jurídica de direito privado) ou coletivos culturais (grupos não formalizados) na identificação e valorização de seus patrimônios.

> O prêmio tem como finalidade estimular, promover e difundir a realização de inventários participativos como abordagem metodológica e de mobilização social para que os grupos e comunidades possam assumir os processos de identificação, registro e promoção das referências culturais significativas para o território onde vive (IBRAM, 2023a, apud Florêncio, 2025, p. 144).

2.4. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO SECUNDÁRIO OBRIGATÓRIO ESPANHOL

O estudo apresentado, em forma de artigo, por Mónica Trabajo Rite e José Maria Cuenca López em 2022, apresenta resultados de uma proposta didática aplicada em uma turma de Ciências Sociais do Ensino Secundário Obrigatório (ESO) na Espanha. O trabalho está vinculado a um museu local e tem como foco a educação patrimonial, como meio de abordar um desenvolvimento sustentável, buscando conectar natureza, sociedade e cultura a partir da temática dos setores econômicos, promovendo novas práticas pedagógicas voltadas à formação crítica e à valorização do território. A metodologia combinou instrumentos quantitativos (questionários pré e pós-teste) e qualitativos (observação em sala e análise de produções dos estudantes), permitindo avaliar a efetividade do programa educativo aplicado.

> Ao trabalhar as atividades econômicas relacionadas ao setor de serviços desenvolvidas em sua localidade e vinculá-las aos elementos patrimoniais existentes em seu contexto mais próximo e cotidiano, os alunos vão adquirindo um conhecimento integral e holístico, não apenas do conceito de patrimônio, mas também das questões que afetam os diferentes serviços do setor terciário. Observa-se, nesse caso, o surgimento de um processo de relações identitárias entre os estudantes e os elementos patrimoniais estudados. (Rite; López, 2022, p. 8, tradução nossa)

Divididos em três subcategorias dentro da "Finalidade da Educação Patrimonial", os resultados apresentaram-se promissores com a mudança de perspectiva dos alunos:

a) Subcategoria 1 (Patrimônio): Houve uma evolução evidente sobre o conceito de patrimônio e seu valor para a comunidade após a estratégia didática, com saltos consideráveis nos elementos classificados como patrimoniais do pré-teste para o pós-teste e a assimilação dos bens como parte de sua própria identidade e história. "Quando os alunos divulgam os resultados de suas investigações em sala de aula, [...], além de compreender o patrimônio de forma holística, o identifica como parte de seu território e de seus modos de vida, estabelecendo vínculos identitários sólidos e significativos" (Rite; López, 2022, p. 9, tradução nossa);
b) Subcategoria 2 (Cidadania): A partir da atividade econômica proveniente do turismo (a mais importante local) e o seu impacto sobre o patrimônio, os estudantes refletiram sobre as suas consequências positivas e negativas e os efeitos sobre o meio-ambiente, produzindo um folheto informativo em prol da consciência social;
c) Subcategoria 3 (Desenvolvimento): As respostas aos questionários demonstraram que os alunos passaram a valorizar mais as ações sustentáveis, com importância aumentada sobre temas como projetos educativos, transporte elétrico, materiais escolares adaptados ao contexto local, entre outros.

2.5. PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE

Educar sobre o patrimônio é zelar pela sua salvaguarda. Ações socioculturais que venham a ampliar a consciência e o conhecimento da população acerca do valor de seus bens, que atravessaram diversos momentos históricos e são parte integrante da identidade e da memória de um povo, são fundamentais. Nesse contexto, a relação intrínseca entre patrimônio e sustentabilidade revela-se como um poderoso aliado para a preservação dos imóveis históricos, pois a conservação do patrimônio transforma-se em uma ferramenta de desenvolvimento urbano sustentável. E, esse desenvolvimento abrange três dimensões: ambiental (ao evitar demolições e reduzir resíduos), social (ao fortalecer vínculos comunitários) e econômica (ao fomentar turismo cultural e empregos verdes[2]). Quando intervenções em imóveis históricos priorizam a manutenção da autenticidade material com adaptações tecnológicas discretas (como o reaproveitamento dos materiais originais e a inserção de eficiência energética) concretiza-se o ideal de um patrimônio verdadeiramente sustentável.

De acordo com Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2012), o IPEA, a construção civil é um dos grandes geradores de resíduos sólidos no Brasil, causando impacto ambiental devido principalmente ao grande volume gerado. Em nosso País, os resíduos da construção civil (RCC) chegam a representar de 50 a 70% da massa dos resíduos sólidos urbanos. Mesmo sendo considerados como resíduos de baixa periculosidade, se acumulam, causam alteração na paisagem urbana, favorecem o depósito de outros materiais nocivos concomitante a eles, assim como o acúmulo de água, propiciando a proliferação de insetos. Somam-se a essas questões o fato de que ao se escavar o solo para obtenção de areia também ocorre a contaminação do lençol freático. A demolição de uma edificação produz muito mais resíduos que uma reforma, e em um contexto de mudanças climáticas, com a atual promoção global de políticas sustentáveis que causem menos impactos ao meio-ambiente, a reutilização de espaços já edificados torna-se um importante aliado para a promoção da sustentabilidade em nível local.

Em termos econômicos, de acordo com Kuhl (2016), intervenções de restauro nas edificações existentes não geram mais gastos que grandes renovações, quando feitas de maneira planejada e criteriosa. Infelizmente até hoje não foram feitos exames comparativos detalhados de custos no Brasil, mas, tomando por base estudos realizados no exterior, uma restauração criteriosa não é mais custosa do que uma intervenção mais invasiva. Pode resultar, na verdade, em edifício com desempenho adequado e muitas vezes tão eficiente quanto uma construção contemporânea.

> Restauros bem feitos, desse modo, podem custar menos do que “renovações” radicais e não inviabilizam o reaproveitamento da obra para funções contemporâneas, tanto no que respeita a questões práticas quanto econômicas. Uma intervenção fundamentada, por ser fruto de processo multidisciplinar, resulta em projeto e memorial pormenorizados, com custos mais controláveis (Kühl, 2016).

As ações de restauração permitem com que espaços já edificados sejam reaproveitados tendo um impacto menor e com redução significativa do uso de matérias primas para a construção civil.

2.6. O CASO DE MACAÉ

Localizado na Mesorregião Norte Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, o Município de Macaé possui 1.215,9km2 (12,5% de todo Norte Fluminense) e está a 182 quilômetros da Capital do Estado e, de acordo com o censo de 2022 abriga um total de 246.391 habitantes (IBGE). O Município de Macaé começou a se transformar rapidamente, após a descoberta de petróleo na Bacia de Campos. Em 1979, são iniciadas as atividades da Petrobras e é instalada a sede da empresa, na Cidade. A região começa a se desenvolver com o petróleo e o gás como principal fonte econômica da cidade, à frente de atividades tradicionais como agricultura e pesca. Novas empresas industriais e comerciais se instalam, incluindo grandes multinacionais do setor. Como consequência, houve um grande crescimento demográfico alterando sem planejamento adequado a dinâmica urbana e funcional da cidade. Pela falta de políticas públicas para a preservação do patrimônio, Macaé perde diversas edificações de valor

[2] Como restauradores de patrimônio histórico, engenheiros e arquitetos especializados em sustentabilidade, entre outros.

histórico e cultural que representavam a identidade local, a sua maioria concentrada no Centro Tradicional, que foi se descaracterizando com a destruição dos bens históricos.

Apesar de constarem na Lei Orgânica do Município, normas que visam à proteção, preservação, manutenção e restauração do patrimônio histórico, assim como a elaboração de programas que incentivem a preservação, observam-se, apenas, ações pontuais e limitadas. Em 2010, com a promulgação da Lei Complementar nº 141, foi instituído o Setor Especial de Preservação Histórico-Cultural (SPH), definindo parâmetros específicos para 27 bens e sítios considerados notáveis, juntamente com seus polígonos imediatos. Essa medida representou um avanço recente na preservação do patrimônio macaense. No entanto, permanece a ausência de políticas efetivas voltadas às edificações históricas não enquadradas como "notáveis". Estas edificações, que seguem sendo demolidas nos dias de hoje, são em grande parte constituídas por um pavimento, ou sobrados, e foram residências, estabelecimentos comerciais ou mistos, algumas ainda funcionando com seus usos tradicionais enquanto outras já se encontravam sem uso. Apesar de serem em sua grande maioria imóveis mais "simples", eram elementos representativos da arquitetura e dos costumes da população macaense, sobretudo do início do séc. XX.

A Carta de Veneza, redigida em 1964, amplia o conceito de patrimônio ao falar sobre a importância do conjunto e não apenas do edifício isolado, assim como do significado cultural que as edificações, inclusive aquelas mais modestas, possuem, sendo representantes de um tempo que já passou.

> A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (Carta de Veneza, 1964, p. 1).

O Plano Diretor do Município possui uma seção exclusiva sobre o Patrimônio Histórico e Cultural, em que cita como uma das ações estratégicas relacionada ao patrimônio, a implantação de um plano de preservação do patrimônio histórico e cultural, o qual inclui diretrizes para preservação e proteção, um inventário de bens materiais e imateriais, definição dos imóveis de interesse do Patrimônio Histórico e Cultural e um programa de educação patrimonial. A criação de mecanismos de incentivo para a inserção da comunidade em questões relativas ao patrimônio e sua preservação, assim como a criação nos espaços comunitários de projetos com foco no resgate da memória da cidade, também fazem parte do conjunto de ações propostas.

Foram realizados alguns projetos voltados para a Educação Patrimonial em Macaé, como o Projeto Lugares de Memória – Criado em 2014 e realizado pelo Solar dos Mellos (Museu da Cidade de Macaé), retornou em 2022 após ser interrompido durante a pandemia. Fornece passeios históricos e culturais gratuitos e sob agendamento, iniciados a partir do Solar e contemplando o Forte Marechal Hermes e a Igreja de Santana (roteiros realizados em dias distintos); a Educação Patrimonial: Macaé, um museu a céu aberto – Parte da Lei Municipal 4.492/2018, o qual indica o turismo pedagógico para educação patrimonial, é um projeto realizado em parceria com as Secretarias de Turismo e Educação, tendo como objetivo a promoção da identidade, pertencimento e a proteção patrimonial. O projeto aproxima o conteúdo das salas de aula com o ensino em campo, além de abranger também os professores, que recebem material mais aprofundado sobre o assunto. O projeto foi um dos temas dos cursos de Capacitação dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino ocorrida em 2023; e a Educação Patrimonial - Integração Museu/Escola - Com a proposta de aproximar os estudantes das escolas municipais ao tema da Educação Patrimonial, o Solar dos Mello os recepciona e apresenta a edificação e sua história, a história de Macaé, assim como as exposições temporárias.

3. MÉTODOS

A pesquisa é documental-exploratória, qualitativa, e utiliza como procedimentos, pesquisa bibliográfica e documental, levantamentos de campo, com registros fotográficos, elaboração de desenhos e mapas, entre outros. Os levantamentos e mapeamentos dos bens patrimoniais da Cidade, incluindo tanto os reconhecidos oficialmente quanto aqueles ainda não registrados, mas identificados a partir da observação direta e da análise crítica do território são observados e mapeados na pesquisa. As fontes

consultadas incluem cartilhas do IPHAN, publicações acadêmicas, artigos especializados, reportagens jornalísticas e a legislação municipal vigente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 27 bens e sítios integram o Setor Especial de Preservação Histórico-Cultural (SPH); desses, 18 encontram-se no Centro Tradicional da Cidade e outros 7 em bairros adjacentes (os dois restantes estão fora da área central). A legislação apesar de contemplar bens "tradicionais" da Cidade, deixa de lado grande parte das edificações modestas, mas que ainda simbolizam a memória local e podem ser incluídas nas políticas públicas voltadas para o Patrimônio Histórico e Cultural. Foram levantados e mapeados pelo autor, aproximadamente, outros 100 potenciais bens que representam símbolos do passado e memória macaense (Figura 2).

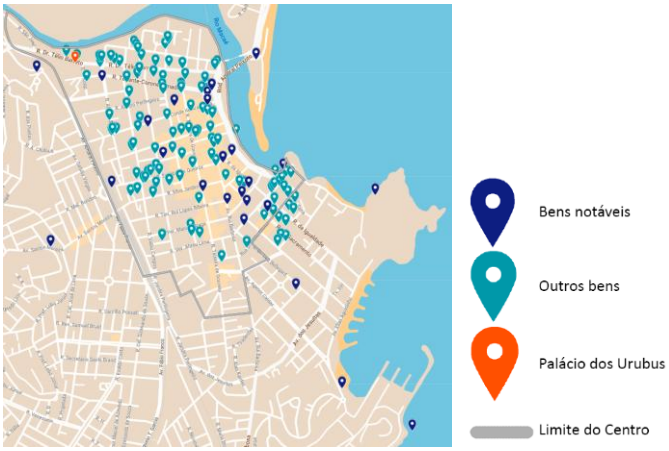

Figura 3: Mapa dos bens notáveis (integrantes do SPH) e dos outros bens catalogados pelo autor.
Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Os bens integrantes do SPH são os únicos a contar com alguma forma de reconhecimento institucional e, ainda assim, muitos deles encontram-se em estado de abandono e sem manutenção adequada (como o Clube Ypiranga, o Cine Clube e o Hotel Imbetiba) ou mesmo em ruínas, como é o caso do Palácio dos Urubus (Figura 3).



Figura 3: Edificações integrantes do SPH que se encontram abandonadas ou em ruínas (Da esquerda para a direita: Hotel Imbetiba, Clube Ypiranga, Palácio dos Urubus). Fonte: Google Maps 2023 e autor – Montagem do autor

Os outros bens históricos não oficiais seguem sendo demolidos ou descaracterizados, estando a grande maioria localizada no Centro Tradicional da Cidade (Figura 4).



Figura 4: Algumas edificações demolidas, a partir da década de 2010, em Macaé-RJ.
Fonte: Google Maps 2023 – Montagem dos autores.

Existe apenas um bem tombado em nível estadual, o Palácio dos Urubus, que se encontra em ruínas; nenhum bem é tombado em nível federal, e o Poder Público Municipal é o único capaz de salvaguardar os imóveis de valor histórico/cultural/artístico para a Cidade que ainda resistem.

Embora o Plano Diretor reconheça a importância do patrimônio municipal, e tenha gerado a Lei Complementar nº 141/2010, que instituiu, entre outras medidas, o Setor Especial de Preservação Histórico-Cultural (SPH), suas diretrizes não se converteram em políticas públicas eficazes de preservação, nem conseguiram promover, de forma ampla, a conscientização da população sobre o valor desses bens para a memória coletiva. Também não foram contemplados outros bens de valor histórico e afetivo para a cidade, especialmente aqueles não considerados 'notáveis', mas que integram o tecido urbano e a memória cotidiana da população.

A preservação do patrimônio está diretamente ligada à sustentabilidade, pois evita a demolição de estruturas existentes, reduz a geração de resíduos da construção civil e promove o reuso adaptativo de edificações. Ao invés de substituir ou descartar é possível otimizar recursos e valorizar materiais já incorporados, prolongando o ciclo de vida das construções. De acordo com o IPHAN (2014), a preservação significativa do patrimônio cultural só se concretiza quando as ações educativas se integram organicamente ao cotidiano das comunidades, transformando bens materiais e imateriais em símbolos vivos que circulam significados e reforçam identidades. Para isso, é imprescindível garantir a participação ativa da população em todas as etapas – do planejamento à execução –, reconhecendo seu papel como produtora de saberes e guardiã da memória social. Essa abordagem evita a reificação de edifícios e objetos (tratados como fins em si mesmos) e, em vez disso, fortalece os vínculos afetivos e práticos entre as pessoas e seu patrimônio, assegurando que a conservação seja não apenas técnica, mas culturalmente relevante.

A Educação Patrimonial configura-se como uma ferramenta de sustentabilidade ao promover a preservação dos bens culturais por meio da aproximação entre a população e os bens inseridos em seu cotidiano. Ao estimular reflexões sobre memória e identidade comunitária, contribui para o fortalecimento dos vínculos com o território. Podendo ser viabilizada pelo poder público, no caso de Macaé, especialmente por meio de ações integradas entre a Prefeitura, as Secretarias de Cultura e Educação e parceria com agentes locais, torna-se possível a elaboração de um plano estratégico voltado à valorização e salvaguarda do patrimônio de Macaé.

As Casas do Patrimônio do IPHAN são um modelo eficaz de articulação entre comunidade, poder público e especialistas. Esses espaços promovem ações educativas, oficinas e eventos que fortalecem o sentimento de pertencimento e estimulam o protagonismo local. Ao mesmo tempo, o Programa de Extensão Universitária (ProExt), fruto da parceria entre o IPHAN e o Ministério da Educação, incentivava projetos interdisciplinares voltados à preservação do patrimônio cultural e a educação patrimonial. Essas experiências somadas às diretrizes dos Manuais do IPHAN oferecem um repertório valioso para Macaé. Na Cidade, poderiam ser adaptadas através de: um espaço físico aos moldes das Casas do Patrimônio no Centro Tradicional – Incorporando novo uso a um patrimônio integrante do SPH e realizando seu restauro; implementação da disciplina de Educação Patrimonial em escolas públicas e particulares, aproveitando a experiência do Projeto existente “Educação Patrimonial: Macaé, um museu a céu aberto” e dos Manuais do IPHAN, estimulando a observação e a reflexão sobre os bens materiais e imateriais - Preferencialmente integrada a um currículo ampliado, com a disponibilidade de outras disciplinas de educação não-formal; formação de parceria entre as escolas e a “Casa do Patrimônio” – O Centro contempla uma grande parcela das escolas da cidade, facilitando esse vínculo e as atividades de exploração urbana; e parcerias entre o poder público municipal e as Universidades, estimulando a produção acadêmica do Ensino Superior alinhada com a linha temática de preservação do Patrimônio macaense, seja ele histórico, artístico, cultural, ambiental, paisagístico ou arqueológico.

5. CONCLUSÕES

O estudo de caso desenvolvido no Município de Macaé-RJ, com foco em seu patrimônio arquitetônico, evidencia os impactos gerados pela ausência de políticas públicas eficazes, mesmo diante da existência de dispositivos legais voltados à sua proteção. Essa fragilidade institucional tem resultado na perda progressiva de bens históricos e na fragilização da memória coletiva local. Diante da carência de amparo em níveis estadual e federal, destaca-se a responsabilidade do poder público municipal na salvaguarda desse patrimônio. A pesquisa documental, aliada ao levantamento e mapeamento de bens patrimoniais oficiais e não oficiais, evidencia a urgência de ações educativas sustentadas por diretrizes que aliem preservação e sustentabilidade. Nesse contexto, propõe-se um plano de Educação Patrimonial que estimule o engajamento social e a valorização dos vínculos identitários com o território, como parte de uma estratégia ampliada de proteção e reuso do patrimônio local.

A Educação Patrimonial é uma ferramenta útil para a fomentação da sustentabilidade em nível local, contribuindo para a preservação de edificações, cuja importância histórica e cultural se associa à redução dos impactos ambientais, como a menor necessidade de uso de recursos naturais e a menor geração de resíduos. A contribuição prévia do IPHAN, a partir de suas cartilhas, projetos e iniciativas, constitui uma importante base para a aplicação de novas políticas que visam a preservação desse patrimônio, que deve ocorrer em parceria com a comunidades local. A aplicação de incentivos e práticas pedagógicas que estimulem a reflexão da comunidade discente, desde a educação básica à universidade, aproxima os cidadãos aos bens materiais (e imateriais) da cidade, fortalecendo o sentimento de identidade em relação ao patrimônio local.

A existência de um espaço físico que aproxime o poder público, dos estudantes e de atores locais que já contribuem com ações voltados ao patrimônio macaense facilita a construção de uma rede de cooperação contínua e a ampliação da participação social, através da promoção de oficinas, eventos, exposições e atividades integradas. A preservação do patrimônio, alinhada à sustentabilidade, consolida a identidade histórica da comunidade e projeta um futuro mais consciente. No horizonte, essas ações podem impulsionar a criação de um corredor cultural na cidade, fortalecendo ainda mais a relação entre memória, espaço urbano e desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOZA, Liliane. **Estudantes participam de visita guiada em patrimônios históricos.** Prefeitura Municipal de Macaé, 2023. Disponível em: https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/estudantes-participam-de-visita-guiada-em-patrimonios-historicos. Acesso em 28/10/2023.

CARVALHO, Marilene. **Educação Patrimonial:** valorizando a memória macaense. Prefeitura Municipal de Macaé, 2014. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/noticias/leitura/noticia/educacao-patrimonial-valorizando-a-memoria-macaense>. Acesso em 28/10/2023.

CARTA de Nova Olinda: documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. **Nova Olinda:** Casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf>. Acesso em: 03/12/2013.

DEMARCHI, João; NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. **Por uma nova pedagogia do patrimônio cultural: conflitos, apagamentos e práticas educativas de resistência**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2025. DOI: https://doi.org/10.11606/9788575065174. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/1606. Acesso em: 18 jul. 2025.

FLORÊNCIO, S. R. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27esp, p. 55-89, 2019. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp55-89. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666. Acesso em: 5 dez. 2023.

GRUMBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial.** Brasília, DF: Iphan, 2007. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_ManualAtividadesPraticas_m.pdf Acesso em: 1 dez. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/macae/panorama>. Acesso em: 2 out. 2023.

ICOMOS. **Carta de Veneza.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 13 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Caderno de Diagnóstico – Resíduos Sólidos Industriais.** 2012. Disponível em: < https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_construcao_civil.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília, DF: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf.> Acesso em: 01 dez. 2023.

KÜHL, Beatriz M. Desconstruindo os preconceitos contra a restauração. **Revista Restauro**, São Paulo: Edição 0, 2016. Disponível em: <https://revistarestauro.com.br/desconstruindo-os-preconceitos-contra-a-restauracao/>. Acesso em: 15 out. 2023.

LISBOA, Andrea. **Projeto do Programa de Educação Patrimonial atrai escolas.** Prefeitura Municipal de Macaé, 2019. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/projeto-do-programa-de-educacao-patrimonial-atrai-escolas>. Acesso em: 28 out. 2023.

MACAÉ. **Lei complementar nº 141, de 03 de março de 2010.** Dispõe sobre o código de urbanismo do município de Macaé e dá outras providências. Macaé, RJ: Gabinete do Prefeito, 2010. Disponível em: <https://macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1471911913.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MACAÉ. **Lei complementar nº 279, de 16 de janeiro de 2018.** Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor do Município de Macaé. Macaé, RJ: Diário da Costa do Sol, 2018. Disponível em: <https://www.macae.rj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1610492739.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Anuário de Macaé 2012.** Macaé: Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, 2012.

RITE, Mónica Trabajo; LÓPEZ, José María Cuenca. Educación Patrimonial y Sostenibilidad: Un Estudio de Caso en Enseñanza Secundaria Obligatoria. **Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação**, Campinas, v. 43, e255220, 2022. DOI https://doi.org/10.1590/ES.242698. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/i/2022.v43/. Acesso em 17 jul. 2025.

SILVEIRA, Julie. **Prefeitura retoma projeto 'Lugares de Memória'**. Prefeitura Municipal de Macaé, 2022. Disponível em: < https://www.macae.rj.gov.br/cultura/leitura/noticia/prefeitura-retoma-projeto-lugares-de-memoria>. Acesso em 28 out. 2023.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.